

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

Órgão: Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto):

Setor Administrativo

Responsável pela Demanda:	Matrícula:	E-mail:	Telefone:
Wekson José Barbieri Mariano	87	Wekson.mariano@crc-es.org.br	3232-1635

1. Objeto da Contratação:

Formalização de contratação para emissão de certificados digitais e-CPF do tipo A1 (padrão ICP-Brasil) para os chefes de setores, fiscal e gestor de contratos e diretor executivo do CRCES, com validação presencial na sede do CRCES ou por vídeo conferência.

2. Justificativa da necessidade da aquisição do material:

2.1. Justificativa da Aquisição:

2.2 A presente contratação visa atender a necessidade de reposição e continuidade de uso de Certificados Digitais do tipo e-CPF, com validade prestes a expirar, pelos chefes de setores e diretor do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo.

2.3 O CRCES tem investido em ferramentas atualizadas e digitais, com o intuito de **reduzir despesas**, já que com o uso do certificado digital não é mais necessário imprimir alguns documentos ou reconhecer firma em alguns situações; garantir **maior segurança**, porque todo documento assinado digitalmente é bloqueado para edições, e, portanto, não corre o risco de alterações ou fraudes; **confidencialidade**, devido à troca de dados do certificado digital ser criptografada, terceiros não têm acesso ao documento.

PROJETO Nº 5010 – MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE INFORMÁTICA
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 6.3.1.3.02.01.039 - ASSINATURAS

3. Quantidade de material a ser adquirido:

3.1 Fornecimento com validação e emissão de Certificados Digitais e-CPF, tipo A3, com as seguintes características:

3.1.1 Padrão: ICP-Brasil

3.1.2 Emitido por Autoridade Certificadora credenciada pela ICP-Brasil

3.1.3 Validade de 12 meses

3.1.4 Quantidade: 09 certificados

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

3.1.5 Deverão estar inclusos na proposta os custos da validação presencial ou por vídeo conferência pelo agente credenciado da autoridade registradora.

4. Previsão de data em que deve ser realizada a aquisição:

Será agendado pelo chefe do Setor Administrativo do CRCES, junto a CONTRATADA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da ordem de serviço por parte da CONTRATADA, uma data única, em dia útil e no horário do expediente normal do CRCES, para a realização das validações presenciais ou por video conferência.

5. Indicação dos membros da Equipe de Planejamento:

FUNÇÃO/CARGO	NOME DO(A) FUNCIONÁRIO(A)	MATRÍCULA	CIÊNCIA
Chefe de Setor	Wekson José Barbieri Mariano	87	
Chefe de Setor	Rodrigo dos Santos Sanz	50	
Chefe de Setor	Grazielly Inacio Tartaglia	97	

6. Responsável pela Formalização da Demanda:

Local e Data: Vitória/ES, 18/06/2021.	Wekson José Barbieri Mariano
Wekson José Barbieri Mariano	Chefe do Setor Administrativo (Carimbo e assinatura)

7. Responsável pela Autorização da Demanda:

Local e Data: Vitória/ES, 18/06/2021.	
Chefia responsável pela autorização da Demanda:	
Jorge Tadeu Laranja	(Carimbo e assinatura)

Jorge Tadeu Laranja
Contador - CRCES
Diretor Executivo

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

PORTARIA CRCES N.º 036, DE 19 DE ABRIL DE 2021.

Institui a Comissão de Planejamento das Contratações do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a importância das contratações para a organização, uma vez que possibilitam a obtenção da estrutura e logística adequadas proporcionando o alcance da sua missão institucional e do seu Planejamento Estratégico com eficácia, eficiência e efetividade;

Considerando a importância do planejamento das contratações, para que os objetivos estratégicos propostos possam ser cumpridos de forma integral, organizada e programada, otimizando os recursos empregados e possibilitando um adequado estudo e uma prévia análise e tratamento dos riscos compreendidos nas contratações;

Considerando a necessidade recorrente de compor equipes para atuar nas etapas de planejamento das contratações a serem realizadas pelo CRCES, por meio de empregados que reúnem as competências necessárias à sua completa execução, nos termos da Instrução Normativa n.º 05, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os funcionários **Wekson** José Barbieri Mariano, **Rodrigo** dos Santos Sanz, **Paulo** Henrique Amaral Rody, **Grazielly** Inácio Tartaglia, **Vanessa** Covre Rangel Marques, **Victor** Hugo Pinto de Figueiredo Bernardo, **Eduardo** Darós Fonseca, **Danielle** Cristina Ramos Rodrigues, sob a coordenação do primeiro, constituírem a Comissão de Planejamento das Contratações do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo.

Parágrafo único. A Comissão de Planejamento das Contratações contempla empregados que possuem as competências necessárias à completa execução das etapas de Planejamento das Contratações e conhecimento sobre aspectos técnicos e de uso dos objetos, licitações e contratos, entre outros.

Art. 2º A Comissão terá como atribuição a elaboração do Plano Anual de Contratações do CRCES, bem como a elaboração e acompanhamento dos estudos preliminares e do gerenciamento de riscos de cada processo licitatório a ser realizado pelo CRCES, conforme prevê a Instrução Normativa n.º 05, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

Este documento foi assinado digitalmente por CARLA CRISTINA TASSO.

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumento_Codigo.aspx e informe o código b5386449-c40f-43e8-97c8-bb8031a242ac



Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Art. 3º As reuniões da Comissão, para elaboração de estudos preliminares e do gerenciamento de riscos dos processos licitatórios, deverão ser realizadas com a participação de no mínimo três integrantes, observada ainda a natureza do objeto e os aspectos técnicos a serem discutidos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se a Portaria nº 45, de 20 de maio de 2020.

Contadora **CARLA CRISTINA TASSO**
Presidente

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

Este documento foi assinado digitalmente por CARLA CRISTINA TASSO.

Para verificar a validade das assinaturas acesse a Minha Central de Verificação em

201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumento_Codigo.aspx e informe o código b5386449-c40f-43e8-97c8-bb8031a242ac





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



05
159/24

Código para verificação: b5386449-c40f-43e8-97c8-bb8031a242ac

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas (horário de Brasília):

✓ CARLA CRISTINA TASSO [REDACTED] em 19/04/2021 14:32

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Minha Central de Verificação em 201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumento_Codigo.aspx e informe o código acima ou acesse o link abaixo:

201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumentoExterno.aspx?codigo=b5386449-c40f-43e8-97c8-bb8031a242ac

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

TERMO DE REFERÊNCIA Nº. 021/2021

1- DO OBJETO

1.1. Formalização de contratação para emissão de certificados digitais e-CPF do tipo A1 (padrão ICP-Brasil) para os chefes de setores, fiscal e gestor de contratos e diretor executivo do CRCES, com validação presencial na sede do CRCES ou por vídeo conferência.

2- JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação visa atender a necessidade de reposição e continuidade de uso de Certificados Digitais do tipo e-CPF, com validade prestes a expirar, pelos chefes de setores e diretor do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo.

2.2 O CRCES tem investido em ferramentas atualizadas e digitais, com o intuito de **reduzir despesas**, já que com o uso do certificado digital não é mais necessário imprimir alguns documentos ou reconhecer firma em alguns situações; garantir **maior segurança**, porque todo documento assinado digitalmente é bloqueado para edições, e, portanto, não corre o risco de alterações ou fraudes; **confidencialidade**, devido à troca de dados do certificado digital ser criptografada, terceiros não têm acesso ao documento.

3- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 Fornecimento com validação e emissão de Certificados Digitais e-CPF, tipo A3, com as seguintes características:

3.1.1 Padrão: ICP-Brasil

3.1.2 Emitido por Autoridade Certificadora credenciada pela ICP-Brasil

3.1.3 Validade de 12 meses

3.1.4 Quantidade: 09 certificados

3.1.5 Deverão estar inclusos na proposta os custos da validação presencial ou por vídeo conferência pelo agente credenciado da autoridade registradora.

3.2 Tabela descritiva para precificação:

Item	Descrição	Quantidade	Valor total R\$
1	Certificado Digital e-CPF tipo A1 - Validade de 12 meses com validação presencial ou por vídeo conferência.	9	

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

4- PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Será agendado pelo chefe do Setor Administrativo do CRCES, junto a CONTRATADA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da ordem de serviço por parte da CONTRATADA, uma data única, em dia útil e no horário do expediente normal do CRCES, para a realização das validações presenciais ou por video conferência.

4.2. Caso a validação seja presencial, a visita deverá ser realizada na sede do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo, localizado à Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30, Bairro Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP 29050-620.

5- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Exigir o cumprimento de todas as especificações exigidas neste termo de referência e de acordo com os termos de sua proposta;

6.2. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o prazo e condições estabelecidos neste Termo de Referência;

6.3. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6.4. Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos fornecimentos, para que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias;

6.5. Notificar a contratada, por escrito, a disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa;

6.6. A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

6- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Solicitar em tempo hábil, todas as informações de que necessitar para o cumprimento das suas obrigações contratuais, exceto aquelas que já forem da responsabilidade do CONTRATANTE fornecer, nos termos do instrumento contratual;

6.2. Entregar os certificados no prazo e demais condições estabelecidas neste instrumento;

6.3. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo contratante, atendendo prontamente a todas as reclamações;

6.4. Substituir os certificados acima especificados, que estejam desconformes com as especificações ou apresentem falhas de funcionamento, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de comunicação formal do CRCES à CONTRATADA;

7.5. Manter, durante toda a execução contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas, conforme dispõe o inciso XIII, do art. 55, da Lei nº 8.666/93;

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

7.6. Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, seguros e quaisquer outras não mencionadas, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência da contratação, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade;

7.7. Apresentar Nota Fiscal Eletrônica contendo a discriminação exata e os respectivos quantitativos dos itens, com os valores contratados, conforme a discriminação estabelecida neste Termo de Referência;

7- SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

8- DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento pelos produtos será efetuado em **até 05 (cinco) dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

9.2. **A Nota Fiscal/Fatura deverá ter o mesmo CNPJ da proposta, pois caso haja divergência impossibilitará sua apropriação e pagamento.**

9.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá indicar o número da Conta Corrente e Agência Bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária.

9.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 9.4.1. o prazo de validade;
- 9.4.2. a data da emissão;
- 9.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 9.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 9.4.5. o valor a pagar; e
- 9.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.6. A CONTRATADA se obriga a manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

9.7. De acordo com o artigo 64 da lei nº 9430, de 27.12.96, os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do **imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social – COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP.**

9.8. A tabela de bens e serviços a que se refere o item anterior está à disposição de todos os interessados no site da Receita Federal, (IN SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012) e por ocasião do pagamento, conforme o caso, todos os impostos serão retidos na fonte conforme a legislação vigente.

9.9. Além do recebimento/aceite dos produtos, a Nota Fiscal deverá ser formulada, já constando os impostos que serão retidos, sob pena de devolução para correção, contando-se o prazo para o pagamento a partir do recebimento regular da mesma (IN SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012).

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

9.10. Se a CONTRATADA for optante pelo Simples deverá apresentar juntamente com a Nota/Fatura a Declaração a que se refere o inciso XI, do art. 4º da IN SRF nº 1234, redação dada pela IN RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012.

9- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02, a Contratada que:

- 10.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 10.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 10.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 10.1.5. cometer fraude fiscal;
- 10.1.6. não manter a proposta.

10.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

10.2.2. Multa de:

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor contratado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

10.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

10.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.6. As sanções previstas no item 10.1, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

10.7. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- 10.7.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 10.7.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

10.7.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

10.9.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10- DA PROPOSTA DE PREÇO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

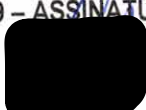
11.1. Apresentar proposta de acordo com as especificações exigidas neste termo, informando o valor total global para a realização dos serviços, fornecimento de materiais aprovados pelos seus respectivos órgãos regulamentadores com valores expressos em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso.

11.2. Nos Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos que forem omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título, devendo os serviços respectivos serem fornecidos ao CRCES sem ônus adicionais.

11.3. O critério da contratação deverá ser o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

PROJETO Nº 5010 – MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE INFORMÁTICA

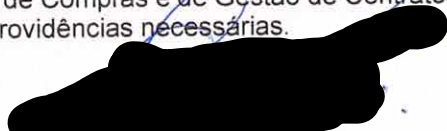
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 6.3.1.3.02.01.039 – ASSINATURAS


Wekson Jose Barbieri Mariano
Chefe Administrativo CRCES

Considerando a justificativa apresentada, especificações técnicas e quantitativas, contidas no presente instrumento, demonstram-se satisfatórias e suficientes para o atendimento às necessidades do CRCES.

Aprovo o Termo de Referência.

Encaminhe-se ao Setor de Compras e de Gestão de Contratos para as providências necessárias.


Jorge Tadeu Laranja
Diretor Executivo do CRCES

NOME DA EMPRESA: **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPIRITO SANTO**
VALIDADE DA PROPOSTA: 90 DIAS

RELAÇÃO DOS PRODUTOS

Nº	DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO	QDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Aquisição de certificado modelo e-CPF A1 – 1 ANO em arquivo.	09	R\$ 98,00	R\$ 882,00

Dados Cadastrais da SIC

NOME: Sic Certificação Digital - ME

ENDEREÇO: Rua Antonio Pinto de Queiroz, 52 – Ed. Petro Tower – Enseada do Sua – Vitória ES – CEP:29.050-305.

CPF/CNPJ: 18.178.945/0001 -63

TELEFONE: (27)2104-1578

DADOS BANCÁRIOS-

Banco do Brasil - SIC Certificação Digital Ltda - Agência: 4202-7 - Conta Corrente: 13061-0

Processo de Validação Presencial

Para a emissão do Certificado Digital é necessário realizar o processo de validação presencial em um dos Pontos de Atendimento da SIC DIGITA

Emissão por videoconferência:

O atendimento por videoconferência está condicionado ao Match biométrico e o titular requerente ter a biometria cadastrada por uma Autoridade Certificadora, ou seja, realizou pelo menos uma emissão anterior com coleta biométrica ou possuir a CNH (Carteira Nacional de Habilitação).

Atenciosamente,

Cristiane Caldeira Freitas.

18.178.945/0001-63
SIC CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA - ME
Rua Antônio Pinto de Queiroz, 52
Edif. Petro Tower - Loja 20
Enseada do Sua - CEP: 29.050-305
Vitória - ES



CERTIFICA VITÓRIA

Nº da Pesquisa: 00000/2021	Data da Pesquisa: 07/07/2021
Orgão: CRC-ES	Validade da Pesquisa: 31/12/2021 00:00:00
Contato: Kenia Cristina da Silva de Marchi	Telefone: (27) 3232-1615
Nº do Processo:	Enviar Proposta: 10/03/2021
Observações:	
Assunto: CERTIFICADO DIGITAL	

Proponente: CERTIFICA VITORIA LTDA CNPJ 28.905.207/0001-24	
Endereço: Av. Nossa Senhora da Penha, 1495, Sala 909, Torre B, Santa Lúcia	
Cidade: Vitória-ES	Data: 10/03/2021
Telefone: (27) 2142-9992	Whatsapp: (27) 9 8102-1082

Item	Código	Descrição	Unidade	Lote	Quantidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1		Certificado Nível A1 – Tipo e-CPF - videoconferencia	unidade	LT 001	9	RFB	R\$ 109	R\$ 981

<p>Estando de acordo com os termos do ato convocatório e com a legislação nele indicada, propomos os valores acima da proposta de 60 dias, com pagamento através do banco 341 – Itaú, agência nº 8400, c/c nº 28.205-7</p> <p>CERTIFICA VITÓRIA VITÓRIA LTDA</p> <p>CARIMBO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA</p>	<p>NÚMERO DO CNPJ DA EMPRESA LICITANTE</p>
--	--

FLS.: 20
PROC.: 159/21



CDL
Cariacica

FLS.: 11
PROC.: 159/21

Cariacica, 07 de junho de 2021.

À Prefeitura Municipal de Cariacica

Proposta Comercial nº 236/2021

Apresentamos neste documento nossa proposta comercial de serviços de certificação digital.

Validade	Descrição	Qtde	Preço Unitário	Valor total
1 ANO	E-CPF A1 1 ANO	9	R\$ 120,00	R\$ 1.080,00
VALOR TOTAL				R\$ 1.080,00

A proposta tem prazo de 30 dias.

Prazo de Pagamento de 20 dias.

Para emissões on line, se faz necessário atender os seguintes requisitos: Possuir CNH Digital ou já ter feito certificado digital anterior.

Nossos dados: Câmara de Dirigentes Lojistas de Cariacica

CNPJ: 00.280.415/0001-66

Avenida Getúlio Vargas, nº 901 – Campo Grande – Cariacica – ES 29.146-070

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Vanessa Modolo
Supervisora Comercial CDL Cariacica

DETALHAMENTO DEMONSTRATIVO DE PREÇOS COTADOS

DESCRIÇÃO DA COTAÇÃO

Formalização de contratação para emissão de certificados digitais e-CPF do tipo A1 (padrão ICP-Brasil) para os chefes de setores e diretor executivo do CRCES, com validação presencial na sede do CRCES ou por vídeo conferência, com as seguintes características:

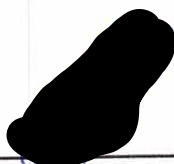
- Padrão: ICP-Brasil
- Emitido por Autoridade Certificadora credenciada pela ICP-Brasil
- Validade de 12 meses
- Quantidade: 09 certificados
- Deverão estar inclusos na proposta os custos da validação presencial ou por vídeo conferência pelo agente credenciado da autoridade registradora.

MAPA

	EMPRESA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL (9UND)
1	SIC CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA	R\$ 98,00	R\$ 882,00
2	CERTIFICA VITÓRIA LTDA	R\$ 109,00	R\$ 981,00
	CDL CARIACICA	R\$ 120,00	R\$ 1.080,00

MELHOR PROPOSTA			
1	SIC CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA	R\$ 98,00	R\$ 882,00

Vitória 08 de Julho de 2021.



Wekson José Barbieri Mariano
Chefe do Setor Administrativo do CRCES



Prefeitura Municipal de Vitória

Secretaria de Fazenda

FLS.: 13
PROC.: 15912

SIAR

Certidão Negativa de Débitos

Emissão : 30/06/2021 - 09:52h

CNPJ : 18178945000163

RAZÃO SOCIAL/NOME: SIC CERTIFICACAO DIGITAL LTDA

Com fundamento no artigo 205 do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966), certificamos que não constam em nome do sujeito passivo identificado, nesta data, débitos com a Fazenda Pública Municipal.

OBSERVAÇÕES

Documento válido até o dia 29/08/2021 e abrange apenas a pessoa física ou jurídica identificada. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar dívidas conhecidas e as apuradas após a emissão deste documento.

De acordo com a Portaria 19/2001 de 22/09/2001 da Secretaria de Fazenda de Vitória - ES, a emissão deste documento **NÃO PODERÁ SER COBRADA**.

Emitido em 30/06/2021 às 09:52 pelo AGENTE INTERNET

Para validar este documento, favor acessar o seguinte endereço:

<http://www.vitoria.es.gov.br>, "Serviços", opção "Autenticidade de documentos/ Certidão de Débitos".

Entre com a chave:

90b675e6-f99c-4ed2-a8fd-c74e4a98985b

Ou realize a busca pela Inscrição Fiscal, CNPJ ou CPF.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

FLS.: 14
PROC.: 159/21

Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2

Certidão Nº 20210000444591

Identificação do Requerente: CNPJ Nº 18.178.945/0001-63

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica acima especificado, ficando ressalvada à Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

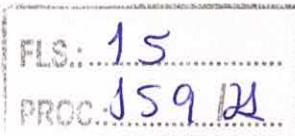
Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Certidão emitida em 08/07/2021, válida até 06/10/2021.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço **www.sefaz.es.gov.br** ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

Vitória, 08/07/2021.

Autenticação eletrônica: 0020.DE33.7140.7B90



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 18.178.945/0001-63 DUNS®: 902965756
Razão Social: SIC CERTIFICACAO DIGITAL LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 20/01/2022
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Empresa de Pequeno

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	13/12/2021
FGTS	Validade:	12/08/2021
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	31/12/2021

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	09/02/2021 (*)
Receita Municipal	Validade:	06/03/2021 (*)

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Validade: 31/05/2021 (*)

**JUCEES**JUNTA COMERCIAL
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Via Única

Fotocópia de Processo

Documento emitido em www.jucees.es.gov.br

Dados da Empresa

Nome Empresarial SIC CERTIFICACAO DIGITAL LTDA EPP	
NIRE 32900534784	Número do Protocolo 184212472

Dados da Certidão

Data de expedição 10/01/2019	Hora de expedição 17:54:03	Chancela VU*CF7BC054CC8E51CE-1
--	--------------------------------------	--

A autenticidade do presente documento bem como o arquivo na forma eletrônica podem ser verificados no endereço: www.jucees.es.gov.br/autenticaweb/

Documento Assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C nº32 de 11/09/2001 - Art.2º.

Art 1º . Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.



04/01/19



18/421247-2

NIRE (da sede ou da filial quando a sede for em outra UF)

32201698486

COD. NATUREZA JURÍDICA

206-2

Nº DE MATRÍCULA DO AGENTE AUXILIAR DO COMÉRCIO

JUNTA COMERCIAL DO EST. DO ESP. SANTO

REQUERIMENTO

ILMO SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

NOME (da empresa ou do Agente Auxiliar de Comércio): **SIC CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA**

REQUERER A V. Sª O DEFERIMENTO DO SEGUINTE ATO:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QUANTIDADE EVENTO	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
	002			ABERTURA DE FILIAL EM OUTRO PAÍS

Vitoria/ES

Local

Data

10/12/18

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar de Comércio:

Nome: WALTER ALVES MENENHA

Assinatura:

Telefone de contato: 27. 3041. 1766

Email: ADMINISTRATIVO@WALTERCON.COM.BR

Login do Certidão Web (CPF):

USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência
(vide despacho em folha)

2ª Exigência

☐

3ª Exigência

☐

4ª Exigência

☐

5ª Exigência

☐

☐ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Vogal
Presidente da Turma

Vogal

Vogal

DECISÃO SINGULAR

17/12/2018

☒ Processo em exigência
(vide despacho em folha)

2ª Exigência

☐

3ª Exigência

☐

4ª Exigência

☐

5ª Exigência

☐

☒ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se

☐ Processo indeferido. Publique-se.

07/01/2019
Data

Lucilêia Machado Vago
Analista de Registro Empresarial
Responsável

ORIENTAÇÕES PARA OBTER A VIA ÚNICA:

A Via Única de atos que forem protocolados fora do Simplifica/ES serão disponibilizadas no sistema de Certidão Web. Portanto, deve ser informado no campo apropriado da Capa de Requerimento o Login no referido sistema.

Caso não possua Login de acesso, observe as orientações abaixo:

- ☐ Acesse o site da JUCEES, www.jucees.es.gov.br;
- ☐ Acesse a opção Certidão Web;
- ☐ Clique na opção "Cadastre-se" e preencha o formulário;

Informe na Capa Requerimento o Login (CPF ou CNPJ) para emissão da Via Única em seu cadastro no Certidão Web.



Junta Comercial do Estado do Espírito Santo

Certifico o registro do arquivamento sob número 20184212472 em 07/01/2019, da empresa registrada nesta sob o NIRE 32900534784 e protocolo 184212472 de 14/12/2018. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/01/2019 por Paulo Cezar Juffo - Secretário Geral. Valide este documento com a chancela VU*CF7BC054CC8E51CE-1 em <https://www.jucees.es.gov.br/autenticaweb/>

TERCEIRO ADITIVO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:
"SIC CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA"
CNPJ Nº. 18.178.945/0001-63

Os abaixo assinados, **HELIO JOSÉ DOS SANTOS**, brasileiro, casado sob regime de comunhão de bens, empresário, residente e domiciliado à [REDACTED] e [REDACTED] do Sr Celmo Tavares dos Santos e da Srª Jurema Maciel dos Santos, portador da C.I. nº. [REDACTED] e inscrito no CPF/MF sob o nº. [REDACTED] e **VICTOR SANTOS DE ABREU**, brasileiro, solteiro, advogado, residente e domiciliado à Rua Saturnino Rangel Mauro - nº. 300 - Condomínio Bosque de Itaparica - Casa 30 - CEP: 29102-930 - Praia de Itaparica - Vila Velha - ES, nascido em 09/01/1979, filho do Sr. Adilson Ferreira de Abreu e da Srª Telma Maria Santos de Abreu, portador da CI nº. [REDACTED] e inscrito na OAB/ES sob o nº. [REDACTED] e CPF/MF sob o nº. [REDACTED], Componentes únicos da **SOCIEDADE LIMITADA**, que gira nesta praça sob a denominação social de: "**SIC CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA**", estabelecida na Rua Antonio Pinto de Queiroz - nº 52 - Ed. Petro Tower - Loja 20 - Enseada do Suá - Vitória - ES - CEP: 29.050-305, registrada na JUCEES sob o nº 32201698486 em 20/05/2013 e 1º aditivo sob o nº 20156876680 em 28/09/2015, inscrita no CNPJ sob o nº 18.178.945/0001-63, resolvem de comum acordo alterar suas disposições contratuais mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: ABERTURA DE FILIAIS
Ficam criadas neste ato as seguintes filiais:

- **Filial VI**, estabelecida na Rua da Estrada Nova, 1425, Freguesia de Esmoriz - Conselho de Ovar - Distrito de Aveiro, Portugal, Código Postal 3885-456.

- **Filial VII**, estabelecida na Rua Carolina Machado - nº 560 - Loja 217 - Madureira - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 21351-021.

§ 1º - O capital social das filiais gira em torno da matriz.

§ 2º - As filiais tem o mesmo objetivo da matriz.

CLÁUSULA SEGUNDA: DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem em vigência as demais cláusulas do contrato social primitivo não alteradas pelo presente aditivo contratual.

APÓS ALTERAÇÕES, PARA MAIOR CLAREZA E COMPREENSÃO, RESOLVEM OS COMPONENTES DA SOCIEDADE CONSOLIDAR O CONTRATO SOCIAL PASSANDO DORAVANTE A SER REGIDO PELAS SEGUINTE CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:
"SIC CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA"
CNPJ Nº. 18.178.945/0001-63

CLÁUSULA PRIMEIRA: DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade girará sob a denominação social de "**SIC CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA**".

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:
"SIC CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA"
CNPJ Nº. 18.178.945/0001-63

CLÁUSULA SEGUNDA: SEDE/FORO

A sede da sociedade é na Rua Antonio Pinto de Queiroz – nº 52 – Ed. Petro Tower – Loja 20 – Enseada do Suá – Vitória - ES - CEP: 29.050-305. Fica eleito o foro da cidade de Vitória – ES, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes. A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial, ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA TERCEIRA: RAMO DE ATIVIDADE

A Sociedade dedica-se ao Ramo de atividade relacionado com:

8219-9/99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente;

6209-1/00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação;

- Serviços de emissão de certificados digitais, serviços de preparo de documentos, digitação, preenchimento de formulários, cadastros e serviços de apoio administrativo, bem como o serviço de instalação de equipamentos de informática.

CLÁUSULA QUARTA: CAPITAL SOCIAL

O capital social da empresa é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) sendo 1.000.000 (um milhão) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo já totalmente integralizadas em moeda corrente do país o valor de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais) e bens móveis o valor de R\$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais), dividido e representado pelos sócios da seguinte forma:

	Q.QUOTAS	V.UNIT.	V.TOTAL	%
HELIO JOSÉ DOS SANTOS	990.000	R\$ 1,00	R\$ 990.000,00	99
VICTOR SANTOS DE ABREU	10.000	R\$ 1,00	R\$ 10.000,00	01
	-----		-----	----
	1.000.000		R\$ 1.000.000,00	100

Bem Imóvel integralizado:

- casa de nº 38 (trinta e oito), tipo "E", integrante do condomínio BOSQUE DE ITAPARICA, edificada sobre o lote 38 (trinta e oito) da quadra 25 (vinte e cinco), do loteamento Praia de Itaparica, Vila Velha-ES, com área aproximada de 205,33m², com a área construída de 111,33m² e mais fração ideal de 0,0224 da área total do terreno de uso comum com área comum de 4.732,90m², devidamente registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis de Vila Velha/ES, no Livro 2-BO, matriculado sob o nº 16.420 de ordem, sendo o valor atual de R\$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais).

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA: TRANSFERÊNCIA / ALIENAÇÃO DE QUOTAS

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço o direito de preferência para a sua aquisição se posta à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

**CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:
"SIC CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA"
CNPJ Nº. 18.178.945/0001-63**

CLAUSULA SETIMA: RESPONSABILIDADE

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLAUSULA OITAVA: ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade ficará a cargo do sócio administrador **HELIO JOSE DOS SANTOS**, ficando como sócio sem direito a retirada **VICTOR SANTOS DE ABREU**. Ficando vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais.

§ 1º - Fica facultado ao sócio administrador, nomear e destituir administrador (es) não sócio (s) por ato de reunião de sócios.

§ 2º - Compete aos administradores:

2.1 - a prática de quaisquer atos de administração e de gestão financeira, no interesse social;

2.2 - a representação da sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante repartições ou entidades de direito público ou privado;

2.3 - assegurar o pleno funcionamento da sociedade;

2.4 - fazer cumprir as presentes disposições contratuais e as deliberações emanadas das reuniões dos sócios;

§ 3º - O sócio administrador e os administradores não sócios poderão fazer uso da firma (**ASSINAREM**) separadamente.

CLAUSULA NONA: RESULTADO DO EXERCÍCIO

O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando proceder-se à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, sendo o saldo dos lucros ou prejuízos verificados distribuídos ou suportados pelos sócios, sendo permitida a divisão desproporcional dos lucros, independente de suas participações em cotas de capital.

Parágrafo Único - Os lucros, após feitas às provisões legais e tecnicamente recomendadas, terão o seu destino determinado pela maioria do capital social, permitindo-se para sua distribuição, o estabelecimento de outros critérios e periodicidade (em qualquer mês do ano) para sua apuração, inclusive em substituição a proporção das quotas possuídas.

CLAUSULA DÉCIMA: DELIBERAÇÕES

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: PRÓ-LABORE

No exercício da administração o sócio administrador **HELIO JOSE DOS SANTOS**, perceberá á titulo de PRÓ-LABORE uma quantia a ser estipulada pelos sócios, observando as disposições legais relativas ao imposto de renda.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA: FILIAIS

A empresa possui as seguintes filiais:

- **Filial I**, estabelecida na Avenida Henrique Moscoso - nº 1019 - Sobreloja 07 - Centro de Vila Velha - Vila Velha/ES - CEP: 29100-021, registrada na JUCEES sob o Nire 32900530771 em 31/01/2018 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.178.945/0005-97.

**CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:
"SIC CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA"
CNPJ Nº. 18.178.945/0001-63**

- **Filial II**, estabelecida na Avenida Princesa Isabel, nº 574 - Salas 1109 e 1110 - Centro Vitória/ES - CEP: 29010-930, registrada na JUCEES sob o Nire 32900530789 em 31/01/2018 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.178.945/0004-06.

- **Filial III**, estabelecida na Avenida Eldes Scherrer Souza, nº 1025 - Centro Empresarial da Serra - Sala 1007- Parque Residencial Laranjeiras - Serra/ES - CEP: 29165-680, registrada na JUCEES sob o Nire 32900530801 em 31/01/2018 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.178.945/0002-44.

- **Filial IV**, estabelecida na Avenida José Tozzi, nº 1945 - Loja 02 - Centro - São Mateus/ES - CEP: 29930-245, registrada na JUCEES sob o Nire 32900530797 em 31/01/2018 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.178.945/0003-25.

- **Filial V**, estabelecida na Avenida Expedito Garcia, nº 1167 - Loja 33 - Campo Grande - Cariacica/ES - CEP: 29146-201; registrada na JUCEES sob o Nire 32900530762 em 31/01/2018 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.178.945/0006-78.

- **Filial VI**, estabelecida na Rua da Estrada Nova, 1425, Freguesia de Esmoriz - Conselho de Ovar - Distrito de Aveiro, Portugal, Código Postal 3885-456.

- **Filial VII**, estabelecida na Rua Carolina Machado - nº 560 - Loja 217 - Madureira - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 21351-021.

§ 1º - O capital social das filiais gira em torno da matriz.

§ 2º - As filiais tem o mesmo objetivo da matriz.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: FALECIMENTO

Falecendo ou interditando qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do (s) sócio (s) remanescente (s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: CRIMES

O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar (em) sob os efeitos dela, a pena de vedar, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, conforme artigo 1.011, parágrafo 1º do código civil.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: LUCROS E PREJUÍZOS

Os sócios serão obrigados à reposição dos lucros, prejuízos e das quantias retiradas, a qualquer título ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

FLS. 19
159 21
PROC.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE:
"SIC CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA"
CNPJ-Nº. 18.178.945/0001-63

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCLUSÃO DE SÓCIO

Ressalvado o disposto no art. 1.030 do código civil, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade, mediante alteração do contrato social, desde que prevista neste a exclusão por justa causa, conforme artigo 1.085 do código civil.

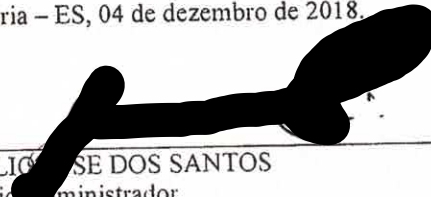
Parágrafo Único - A exclusão somente poderá ser determinada em reunião ou assembléia especialmente convocada para esse fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CASOS OMISSOS

Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Novo Código Civil, e de outros dispositivos legais que lhes sejam aplicáveis.

E por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento que será assinado por todos os sócios, sendo arquivado na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo.

Vitória - ES, 04 de dezembro de 2018.


HELIO JOSE DOS SANTOS
Sócio Administrador


VICTOR SANTOS DE ABREU
Sócio



FLS.: 20
PROC.: 159/24

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

VALIDA EM TODOS
OS TERRITORIOS NACIONAIS
1106511836

PRIMEIRO PLASTIFICAR

NOME
SERGIO JOSE DOS SANTOS

DATA NASCIMENTO
24/10/1955

CELSO TAVARES DOS
SANTOS
ANTENIA MACIEL DOS
SANTOS

PERMISSAO
VALORDE
02/09/2020

DATA EMISSAO
10/09/2015

LOCAL
Vitoria-Espirito Santo

48158215006
68340760540

DETRAN - ES (ESPIRITO SANTO)

Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo

Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - 29050-620

TERMO DE JUSTIFICATIVA – DISPENSA DE LICITAÇÃO ADM Nº 2021/000159**OBJETO:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Certificado Digital e-CPF tipo A1 - Validade de 12 meses com validação presencial ou por vídeo conferência.	Unidade	09 (nove)	R\$ 98,00	R\$ 882,00
Total Geral.....					R\$ 882,00

FORNECEDOR:**Nome do Fornecedor:** SIC CERTIFICAÇÃO DIGITAL - ME**Endereço:** Rua Antonio Pinto de Queiroz, 52 – Ed. Petro Tower – Enseada do Sua – Vitória/ES.**CEP:** 29050-305**E-mail:** contato@certificavitoria.com**Tel/Fax** (27) 2104-1578**CNPJ:** 18.178.945/0001-63

:

Observações:

A empresa mantém regularidade com a Dívida Ativa da União e Dívida Ativa do Estado, FGTS e CNDT, conforme art. 29, incisos III, IV e V da Lei 8.666/93.

Enquadramento Legal:

1 - Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, in verbis:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez"

2 – Parecer Jurídico CRCES nº015/2019, vinculante.

Justificativa do Preço:

Menor preço apresentado, conforme mapa de apuração e estimativa de preço.

Vitória/ES, 08 de julho de 2021.



Contador Jorge Tadeu Laranja
Diretor Executivo CRCES

PARECER JURÍDICO Nº 015/2019

Processo: DIS 2019/000003

Interessado: GIRLENE PASSON PICORETTI

Assunto: Dispensa de Licitação n.º 11/2018 (art. 24, II, da Lei n.º 8.666/93).

Contratação de empresa especializada na produção de arranjos de flores.

Considerações iniciais

1. Trata o processo administrativo de Dispensa de Licitação com fundamento no art. 24, II, da Lei n.º 8.666/93 por meio do qual o CRCES pretende a contratação direta de empresa especializada na produção de arranjos de flores, nos termos do Termo de Referência n.º 02/2019.

2. Instruem os presentes autos o Documento de Formalização da Demanda e documentos (fl. 02/07), Termo de Referência n.º 02/2019 (fls. 08/10), Mapa de Preços e orçamentos (fls. 13/20), Certidões negativas (fls. 24/26); Habilitação Jurídica (fls. 22/23 e 27/28) Consulta de Disponibilidade Orçamentária (fl. 21), Nota de Empenho (fl. 29), Termo de Justificativa (fl. 30), Memorando Setor ADM n.º 02/2019 (fl. 31), Minuta de Contrato Simplificado (fl. 32/33).

Mérito

3. Primeiramente, esclareço que esta análise limita-se ao aspecto jurídico do processo de acordo com documentos juntados aos autos até o presente momento, sem adentrar em aspectos econômico-financeiros, técnicos ou de conveniência e oportunidade.

4. Conforme preambularmente relatado, pretende o CRCES a contratação direta de empresa especializada na produção de arranjos de flores, nos termos do Termo de Referência n.º 02/2019.

5. Conforme apurado pelo setor de Compras, a empresa GIRLENE PASSON PICORETTI apresentou o valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), o menor dentre as empresas que apresentaram propostas.

6. Nessa linha, a Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 24, inciso II, contemplou hipóteses de dispensa de licitação para serviços cujo valor não ultrapasse a limite ali estabelecido, nas mesmas letras:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;"

7. E conforme Parecer Jurídico n.º 033/2018:

No dia 19 de junho de 2018 foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto n.º 9.412 que "Atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993".

Referido Decreto elevou o valor previsto na alínea "a", do inciso I, do art. 24 da Lei n.º 8.666/93 para R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), elevando, assim, o valor previsto no art. 24, I e II, do mesmo diploma, para R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

8. No caso deste procedimento administrativo, o requisito de preço está devidamente cumprido quando se analisa o Mapa de Estimativa de Preço à fl. 13 e Termo de Justificativa às fls. 30. O mesmo se diga da habilitação jurídica e da regularidade fiscal da empresa.

9. No presente caso, em substituição à minuta do contrato administrativo, foi apresentado Contrato Simplificado (fl. 32/33). Sobre tal possibilidade Lei n.º 8.666/93 preceitua em seu art. 62 que o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

10. No §4º do mesmo artigo dispõe, ainda, que é dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata

integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica¹.

11. Portanto, seja pelo valor, seja pela compra de entrega imediata e integral, a Administração encontra-se dispensada de formalizar contrato administrativo para a presente aquisição, podendo a seu critério adotar o Contrato Simplificado.

12. Assim como seria desnecessário o exame da assessoria jurídica dos presentes autos, pois, a dicção do parágrafo único do art. 38 da Lei n.º 8.666/93 dispõe que cabe a Assessoria Jurídica somente o exame prévio de minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes deles decorrentes.

13. Registro, por fim, que deve a Administração se certificar de que o CRCES não realizou, nem pretende realizar, neste exercício financeiro, contratações do mesmo objeto ou de objeto de natureza similar que, somados, ultrapassem o limite máximo legal, sob pena de configuração de fracionamento ou parcelamento.

Conclusão

14. Diante de tais apontamentos de fato e de direito, opino pela possibilidade jurídica de dispensa de licitação na espécie, com espeque no artigo 24, inciso II, da lei 8.666/93, dispensada a minuta de contrato administrativo nos termos do art. 62 do mesmo diploma, observando-se, contudo, o disposto no item 9 deste parecer.

15. Com vistas a prestigiar a celeridade processual, em apreço a economicidade, opina-se pela dispensa de remessa de processos administrativos para análise da Assessoria Jurídica nas hipóteses do art. 62, em que a Administração optar pela substituição do contrato administrativo, por exemplo, por Autorização de Fornecimento/Serviço ou Contrato Simplificado. Cabendo à administração verificar a regularidade da habilitação jurídica, regularidade fiscal e atualidade das certidões, bem como o atendimento das condições da modalidade de licitação escolhida.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Vitória/ES, 5 de fevereiro de 2018.

Leonardo Gonoring Gonçalves Simon
Assessor Jurídico CRCES
OAB/ES 18.844

¹ A entrega deve ser, além de imediata, integral, isto é, não parcelada. Em outras palavras, todo o quantitativo previsto deve ser entregue em uma só oportunidade, não sendo cabível a dispensa do termo de contrato, por exemplo, quando as entregas forem mensais, conforme já decidiu o Tribunal de Contas da União no Acórdão 390/1999-Primeira Câmara.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ES
Sistema de Controle Orçamentário
NOTA DE EMPENHO

FLS.: 24
PROC. 159/24
Data: 08.07.2021
Hora: 11:50

Nº Empenho	Data do Empenho	Tipo do Empenho	Processo	Nº. Reserva	Exercício
150	08.07.2021	ORDINARIO	2021/000159	157	2021
Conta de Despesa	Descrição da Conta		Projeto	SubProjeto	
6.3.1.3.02.01.039	ASSINATURAS		5010 - MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE INFORMÁTICA	-	
Número do Evento	Descrição do Evento				
1163	CONTRATAÇÃO DE ASSINATURAS PERIÓDICAS				

Dados da Modalidade (Fundamentação Legal)			
Modalidade	Complemento	Número	Núm. Controle
Dispensa de Licitação	Lei 8666/93, art. 24	2021/000159	0

Favorecido

Nome : SIC CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA CNPJ / CPF : 18.178.945/0001-63
Endereço : RUA ANTONIO PINTO DE QUEIROZ Bairro : ENSEADA DO SUÁ
CEP : 29050305 Cidade : VITÓRIA UF : ES
Banco : Agência : Conta :

Histórico do Empenho	Qtde Parcelas	Valor Unitário	Valor Total Empenhado
AQUISIÇÃO DE 09 CERTIFICADOS DIGITAIS E-CPF DO TIPO A1 PARA OS CHEFES DE SETORES, FISCAL E GESTOR DE CONTRATOS E DIRETOR EXECUTIVO DO CRCS	1	R\$882,00	R\$882,00

Valor por Extenso

Oitocentos e Oitenta e Dois Reais

Dotação Orçamentária	Empenhos Acumulados	Valor deste Empenho	Saldo Atual
R\$5.900,00	R\$0,00	R\$882,00	R\$5.018,00
Parcelas Executadas	Total Executado	Total a Executar	Finalizado
---	R\$0,00	R\$882,00	NAO

VITÓRIA, 08 de Julho de 2021

Es: [Redacted] talmente p [Redacted] AL RODY e RONEY GUIMARAES PEREIRA.
Pa: [Redacted] naturas a [Redacted] de Verificação em
20: [Redacted] uradigital/Valida [Redacted] spx e informe o código JTDH-R875-YP5Z-R998

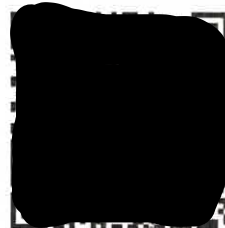
Paulo Henrique Amaral Rody

Contador
ES-0191050





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: JTDH-R875-YP5Z-R998

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas (horário de Brasília):

PAULO HENRIQUE AMARAL RODY [REDACTED] em 08/07/2021 14:31

RONEY GUIMARAES PEREIRA [REDACTED] em 09/07/2021 08:02

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Minha Central de Verificação em 201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumento_Codigo.aspx e informe o código acima ou acesse o link abaixo:

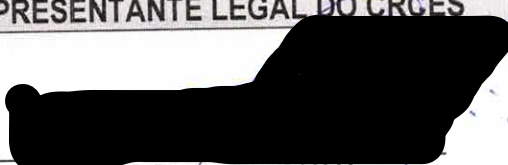
201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumentoExterno.aspx?codigo=JTDH-R875-YP5Z-R998



AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

Nº: 016/2021

DATA:
15/07/2021

REFERÊNCIAS		REGIME DE EXECUÇÃO	
Processo: nº 2021/000159	ENTREGA IMEDIATA		
Dispensa de Licitação			
OBJETO			
Aquisição de 09 (nove) Certificados digitais e-CPF do tipo A1 (padrão ICP-Brasil) para os chefes de setores, fiscal e gestor de contratos e diretor executivo do CRCES, com validação presencial na sede do CRCES ou por vídeo conferência, de acordo com especificações constantes no Termo de Referência nº 021/2021.			
VALOR (R\$)	PRAZO PARA ENTREGA	PERÍODO DE FORNECIMENTO	
		INÍCIO	TÉRMINO
R\$ 882,00	05 dias úteis *Referente item 4.1 do Termo de Referência.	19/07/2021	23/07/2021
FORMA DE PAGAMENTO			
Após o recebimento definitivo do fornecimento, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.			
RECURSOS FINANCEIROS			
As despesas decorrentes desta contratação correrão às contas da dotação: Conta 6.3.1.3.02.01.039 – ASSINATURAS.			
AUTORIZAÇÃO			
Fica a empresa SIC CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA , inscrita no CNPJ 18.178.945/0001-63, representada pelo Sr. Hélio José dos Santos, <u>AUTORIZADA</u> a fornecer o material descrito nesta AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.			
No que couber, a empresa está sujeita às normas e condições estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação pertinente.			
REPRESENTANTE LEGAL DO CRCES			
 JORGE TADEU LARANJA Diretor Executivo			

De: CRCES - Kenia Cristina da Sil em nome de CRCES - Kenia Cristina da Silva Marchi
Enviado em: sexta-feira, 16 de julho de 2021 10:28
Para: 'Cristiane Caldeira Freitas'
Assunto: RES: RES: Orçamento SIC DIGITAL CRCES
Anexos: AUT FORNECIMENTO.pdf

A empresa SIC CERTIFICACAO DIGITAL LTDA,

Segue em anexo a Autorização de Fornecimento para aquisição de 09 Certificados Digitais.

Estamos a disposição para esclarecimentos.

Atenciosamente,



Kenia Cristina da Silva de Marchi

Assistente Administrativo

Departamento Administrativo

www.crc-es.org.br / kenia.silva@crc-es.org.br / 55 (27) 3232-1615

Rua Amélia da Cunha Ornelas, Número 30, Bairro Bento Ferreira - Vitória / ES - 29050-620

Recicla papel. Imprima somente o que for indispensável. O Meio Ambiente agradece

De: Cristiane Caldeira Freitas [<mailto:cristiane.freitas@sicdigital.com.br>]

Enviada em: quinta-feira, 8 de julho de 2021 11:15

Para: CRCES - Kenia Cristina da Silva Marchi

Assunto: Re: RES: Orçamento SIC DIGITAL CRCES

Bom dia, Kenia.

Segue em anexo, documento solicitado.

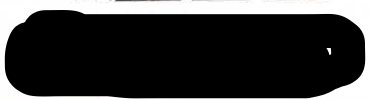
Att, Cristiane Caldeira Freitas.

Em 08/07/2021 08:50, CRCES - Kenia Cristina da Silva Marchi escreveu:

Prezada Sra. Cristiane,

Conforme orçamento recebido, solicitamos que nos envie o contrato social da empresa e o documento de identidade do representante legal para que possamos iniciar a contratação.

Check-List – Atesto de Notas Fiscais

Processo nº: 2021/000159	Nº da NF: 63588	Empresa: SIC CERTIFICACAO DIGITAL LTDA
Contrato nº: -----	Valor: R\$ 882,00	Empenho: 150
Objeto: EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS E-CPF DO TIPO A1 (PADRÃO ICP-BRASIL) PARA OS CHEFES DE SETORES, FISCAL E GESTOR DE CONTRATOS E DIRETOR EXECUTIVO DO CRCES, COM VALIDAÇÃO PRESENCIAL NA SEDE DO CRCES OU POR VÍDEO CONFERÊNCIA.		
1 – Existe saldo de empenho suficiente para pagamento da NF? (X) Sim () Não		
2 – Quando da entrega da NF, a contratada apresentou as Certidões de Regularidade Fiscal válidas,		
✓ Certidão da Receita Federal	(X) Sim () Não	Data de Validade: 13-12-2021
✓ Certidão do FGTS	(X) Sim () Não	Data de Validade: 22-09-2021
✓ Certidão Trabalhista	(X) Sim () Não	Data de Validade: 31-12-2021
3 – 3.1 - Os serviços/produtos foram executados/fornecidos conforme o objeto contratado? (X) Sim () Não		
4 – Os valores e quantitativos da NF conferem com a prestação dos serviço executados? (X) Sim () Não		
Justificativa: A presente contratação visa atender a necessidade de reposição e continuidade de uso de Certificados Digitais do tipo e-CPF, com validade prestes a expirar, pelos chefes de setores e diretor do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo.		
Em, 03 / 09 / 2021		
 Kênia C. da Silva de Marchi Assistente Administrativo CRCES		



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 18.178.945/0001-63 DUNS®: 902965756
Razão Social: SIC CERTIFICACAO DIGITAL LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 20/01/2022
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Empresa de Pequeno

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal (Possui Pendência)

Receita Federal e PGFN	Validade:	13/12/2021
FGTS	Validade:	22/09/2021
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	31/12/2021

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	09/02/2021 (*)
Receita Municipal	Validade:	06/03/2021 (*)

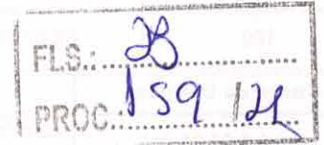
VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Validade: 31/05/2021 (*)



AO

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO



DECLARAÇÃO DE EMPRESA OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL

SIC CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, com sede na Rua Antonio Pinto de Queiroz, nº 52, Loja 20, Ed. Petro Tower, Enseada do Suá, Vitória, ES, CEP.: 29.050-305, inscrita no CNPJ sob o N.º 18.178.945/0001-63, DECLARA, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o Art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o Art. 12 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006. Para esse efeito, a declarante informa que preenche os seguintes requisitos:

- a) Conserva em boa ordem, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- b) Cumprir as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente; e
- c) O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessa informação, sem prejuízo do disposto no Art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades prevista na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (Art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (Art. 1º da Lei nº 8.137, 137, de 27 de dezembro de 1990).

Vitória, ES, 08 de Setembro de 2021..

HELIO JOSE DOS
SANTOS:

HELIO JOSE DOS SANTOS

Representante Legal

CPF

RG

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO E S
Sistema de Controle Orçamentário
NOTA DE EMPENHO

Data : 08.07.2021
Hora : 11:50

Nº Empenho	Data do Empenho	Tipo do Empenho	Processo	Nº. Reserva	Exercício
150	08.07.2021	ORDINARIO	2021/000159	157	2021
Conta de Despesa	Descrição da Conta		Projeto	SubProjeto	
6.3.1.3.02.01.039	ASSINATURAS		5010 - MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE INFORMÁTICA	-	
Número do Evento	Descrição do Evento				
1163	CONTRATAÇÃO DE ASSINATURAS PERIÓDICAS				

Dados da Modalidade (Fundamentação Legal)			
Modalidade	Complemento	Número	Núm. Controle
Dispensa de Licitação	Lei 8666/93, art. 24	2021/000159	0

Favorecido			
Nome	: SIC CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA	CNPJ / CPF	: 18.178.945/0001-63
Endereço	: RUA ANTONIO PINTO DE QUEIROZ	Bairro	: ENSEADA DO SUÁ
CEP	: 29050305	Cidade	: VITÓRIA
Banco	:	UF	: ES
	Agência	Conta	:

Histórico do Empenho	Qtde Parcelas	Valor Unitário	Valor Total Empenhado
AQUISIÇÃO DE 09 CERTIFICADOS DIGITAIS E-CPF DO TIPO A1 PARA OS CHEFES DE SETORES, FISCAL E GESTOR DE CONTRATOS E DIRETOR EXECUTIVO DO CRCS	1	R\$882,00	R\$882,00

Valor por Extenso

Oitocentos e Oitenta e Dois Reais

Dotação Orçamentária	Empenhos Acumulados	Valor deste Empenho	Saldo Atual
R\$5.900,00	R\$0,00	R\$882,00	R\$5.018,00
Parcelas Executadas	Total Executado	Total a Executar	Finalizado
---	R\$0,00	R\$882,00	NAO

VITÓRIA, 08 de Julho de 2021

Paulo Henrique Amaral Rody

Contador
ES-019105/O





VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS

29
159 2400

Código para verificação: JTDH-R875-YP5Z-R998

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas (horário de Brasília):

PAULO HENRIQUE AMARAL RODY [REDACTED] em 08/07/2021 14:31

RONEY GUIMARAES PEREIRA [REDACTED] em 09/07/2021 08:02

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Minha Central de Verificação em
201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumento_Codigo.aspx e informe o código acima ou acesse o link abaixo:

201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumentoExterno.aspx?codigo=JTDH-R875-YP5Z-R998



Prefeitura Municipal de Vitória
Secretaria Municipal de Fazenda
Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e



Número da Nota
63588

Data de Emissão
25/08/2021

RPS

Competência
25/08/2021

Prestador de serviços



CPF/CNPJ **18.178.945/0001-63** Inscrição Municipal: **1214523**
Nome/Razão Social **SIC CERTIFICACAO DIGITAL LTDA**
Nome Fantasia
Endereço **RUA ANTÔNIO PINTO DE QUEIROZ, 52 - EDIF: PETRO TOWER;
LOJA: 20; - ENSEADA DO SUÁ - CEP: 29050305**
Município/UF **Vitoria/ES** Email: **helio@siccheque.com.br**

Tomador de serviços

CPF/CNPJ **28.163.343/0001-96** Inscrição Municipal
Nome/Razão Social **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPIRITO SANTO**
Endereço **RUA AMÉLIA DA CUNHA ORNELAS, 30 - BENTO FERREIRA - CEP: 29050620**
Município/UF **Vitoria/ES** Email **contabilidade@crc-es.org.br**

Dados complementares

Município da prestação do serviço: **Vitoria - ES** Regime: **Empresa Optante Simples Nacional**
Município da incidência: **Vitoria - ES** Exigibilidade: **Exigível**
Código de serviço: **01.07 - Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados**
CNAE: **6209100 - SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Discriminação dos serviços

Emissões de Certificados Digitais
Ref.9 pedidos - e-CPF A1 - 1 ANO em arquivo
DOUGLAS FERRARI JUNIOR - [REDACTED]
Eduardo Daros Fonseca - [REDACTED]
GRAZIELLY INACIO TARTAGLIA - [REDACTED]
JORGE TADEU LARANJA - [REDACTED]
KENIA CRISTINA DA SILVA DE MARCHI - [REDACTED]
LEANDRA MACHADO - [REDACTED]
Rodrigo dos Santos Sanz - [REDACTED]
VICTOR HUGO PINTO DE FIGUEIREDO BERNARDO - [REDACTED]
Wekson Jose Barbieri Mariano - [REDACTED]
Processo: n° 2021/000159
Referências n° 021/2021
Valor Unitario : R\$ 98,00
Valor aproximado dos tributos no Simples Nacional de acordo com Lei da Transparência Fiscal n° 12.741/12 = 20,60%

Banco Do Brasil (001)
Agencia: 4292 - 7
Conta corrente: 13961 - 0
SIC CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Valor dos serviços = R\$ 882,00 // Valor líquido da nota = R\$ 882,00

Valor líquido da nota = Valor dos serviços - PIS - Cofins - INSS - IR - CSLL - Outras retenções - Iss Retido - Desconto condicionado

Deduções (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Desconto Cond. (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS Calculado (R\$)	Valor do ISS Devido (R\$)	Valor do ISS Retido (R\$)	Valor do Crédito (R\$)
0,00	882,00	0,00	4,84	42,69	0,00	0,00	0,00
IR (R\$)	INSS (R\$)	CSLL (R\$)	PIS (R\$)	Cofins (R\$)	Outras retenções (R\$)		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Outras informações

- Esta NFS-e foi emitida com respaldo legal no Decreto 13.314/2007 e na Portaria 49/2007 e autorizada pela AIDF N° 1219/2013 de 10/06/2013;
- Esta nota não gera direito a crédito fiscal de IPI;
- Chave de validação que garante a autenticidade desta NFS-e: 8E867528-6C6E-440F-8F4B-365161197813

FILED 30
PROC 159 21

Hora : 15:58

Contabilidade e Orçamento		Câmara de Controle Interno	
Data de Lançamento : ____/____/____		Data : ____/____/____ _____ Conselheiro	
Número do Lançamento : _____			
Débito	Crédito		





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: VGP5-ZR98-74XL-XMYN

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas (horário de Brasília):

RODRIGO LAGASSE DIAS [REDACTED] em 10/09/2021 00:00

JORGE TADEU LARANJA [REDACTED] em 10/09/2021 14:05

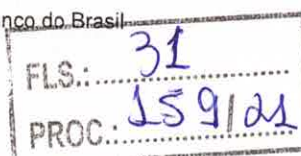
CARLA CRISTINA TASSO [REDACTED] em 10/09/2021 14:23

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Minha Central de Verificação em 201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumento_Codigo.aspx e informe o código acima ou acesse o link abaixo:

201.33.18.204/spw/assinaturadigital/ValidarDocumentoExterno.aspx?codigo=VGP5-ZR98-74XL-XMYN



Emissão de comprovantes

G3351614212010251
16/09/2021 14:30:47

10/09/2021 - BANCO DO BRASIL - 16:32:59
366503665 SEGUNDA VIA 0003
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: CONSELHO R C E SANTO
AGENCIA: 3665-X CONTA: 20.300-9
=====

DATA DA TRANSFERENCIA	10/09/2021
NR. DOCUMENTO	554.292.000.013.961
VALOR TOTAL	882,00

***** TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: SIC C DIGITAL LTDA - ME	
AGENCIA: 4292-7	CONTA: 13.961-0
NR. DOCUMENTO	553.665.000.020.300

=====

NR. AUTENTICACAO	2.09A.F14.421.BAA.B32
------------------	-----------------------

Transação efetuada com sucesso por: JD874576 ANA CAROLINA DA SILVA GRILO.

